



FEHIDRO

Fundo Estadual de Recursos Hídricos

ROTEIROS BÁSICOS PARA
ELABORAÇÃO DE TERMO DE
REFERÊNCIA PARA O FEHIDRO

VERSÃO 11 DE MARÇO DE 2011



IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTO DE RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA



IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA

INTRODUÇÃO

Entende-se por restauração ecológica o processo de auxiliar a recuperação de um ecossistema que foi degradado, danificado ou destruído (SER, 2004¹).

Para projetos de restauração ecológica as principais regras ditadas pelo Manual de Procedimentos Operacionais para Investimentos do FEHIDRO (MPO), são:

- Somente serão financiados, na modalidade não-reembolsável, projetos em áreas sobre as quais não existam obrigações administrativas ou judiciais determinando a sua recuperação. Para confirmar o cumprimento deste requisito, o proponente deve apresentar declaração do proprietário garantindo a inexistência destas obrigações na área proposta no projeto, assim como a Certidão de Matrícula Atualizada ou Termo de Imissão de Posse do Imóvel.
- A obtenção da anuência (por escrito) dos proprietários das áreas a serem recuperadas é imprescindível, assim como a definição da responsabilidade das partes (proprietários e proponente) visando garantir a permissão para restaurar as áreas selecionadas dentro das propriedades e os cuidados das mesmas durante a execução e após o término do projeto (Anexo 1).

Recomenda-se que, ao planejar um projeto voltado a restauração ecológica, sejam considerados alguns aspectos que contribuem para a garantia da viabilidade e sustentabilidade da proposta:

- Buscar a sensibilização, mobilização e o envolvimento da população local, por intermédio das ações a serem desenvolvidas durante a execução do projeto, visando garantir a anuência e o comprometimento dos proprietários e os cuidados com a área restaurada durante e após o término do projeto.
 - Adoção de estratégias participativas para tomada de decisão nas diversas etapas do projeto, com vistas à sustentabilidade socioeconômica e ambiental do projeto.
 - As ações participativas podem ser concretizadas, por meio da identificação de lideranças locais, de organizações que representem a população local. A participação pode ocorrer nas fases de seleção das áreas, diagnóstico ambiental e execução da restauração.
 - Caso exista alguma organização ou um grupo de pessoas que possua experiência em trabalhos rurais e que tenha interesse em restauração, o proponente pode considerar a possibilidade incluí-los na execução dos trabalhos de campo, criando assim uma alternativa de renda para a população local e garantindo os cuidados das áreas a serem restauradas.
- Estabelecimento da relação entre o projeto proposto e outros similares desenvolvidos na região, visando aumentar os ganhos ambientais regionais, incorporando todos os aprendizados anteriores e aproveitando a mobilização social proporcionada pelo outro projeto.
- Identificação da relação entre os resultados esperados pelo projeto proposto e os reflexos nos recursos hídricos.
- Identificação dos fatores de degradação para definição da estratégia de recuperação mais apropriada e as possíveis parcerias para a consecução dos objetivos.
- O projeto de restauração ecológica deve contemplar os tratos culturais (atividades de manutenção) por no mínimo 24 meses após o plantio, conforme artigo 10º, da Resolução SMA 08/08. Salienta-se que dependendo da situação da área a ser restaurada e da técnica de restauração selecionada, o período de tratos culturais - para que sejam estabelecidos os processos ecológicos que assegurarão o sucesso da restauração - pode ser maior do que 24 meses. Esse período adicional pode ser contemplado no projeto submetido ao FEHIDRO ou ser garantido pelo proprietário.

¹Princípios da Sociedade Internacional para a Restauração Ecológica, versão 2, Outubro de 2004.



- Recomenda-se ainda que o proponente inclua no projeto o monitoramento das áreas em restauração, visando verificar a evolução dos componentes estruturais e ecológicos do ecossistema em restauração.
- O proponente deve contar com o apoio de um responsável, técnico para a elaboração e execução do projeto, que deve possuir qualificação profissional na área ambiental.

Deve-se atentar para o fato de que os objetivos da recuperação em áreas urbanas são diferentes dos objetivos da restauração ecológica em áreas rurais.

Para a revitalização de cursos d'água urbanos as intervenções previstas devem compatibilizar o uso urbano com a proteção dos recursos hídricos.

Desta forma, vale ressaltar que este roteiro não é apropriado para recuperação de áreas urbanizadas, que necessitarão de definição de estratégias específicas na concepção do projeto, dependendo do estágio de conservação e da relação da população com a área urbana em questão.

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE

As principais normas de nível estadual relacionadas especificamente à recuperação de áreas ciliares é a Resolução SMA 42/2007, que institui o Projeto Estratégico Mata Ciliar e dá providências correlatas e a Resolução SMA 08/2008, que fixa orientação para o reflorestamento heterogêneo de áreas degradadas, devem ser destacados outros instrumentos, referentes aos diversos aspectos envolvidos.

A recuperação de matas ciliares com espécies nativas regionais independe de autorização do poder público, conforme estabelece o artigo 6º da Resolução Conama 369/2006 e também o artigo 4º da Resolução SMA 42/2007.

Antes de dar início à implantação do projeto de restauração, deve ser feito o Cadastro de Recuperação de Área Ciliar junto à SMA para fins de acompanhamento, com antecedência mínima de 15 dias. Por meio desse cadastro, os órgãos fiscalizadores tomam ciência da restauração da área.

Esta comunicação, composta por um formulário, deve ser feita via internet, no endereço eletrônico www.ambiente.sp.gov.br/mataciliar.

Entretanto, para os outros casos de intervenções em APP, como implantação de Sistemas Agroflorestais (definido pela Resolução SMA 44/2008), movimentação de solo, entre outros, deve-se obter autorização junto à CETESB (www.cetesb.sp.gov.br).

Quanto às técnicas de restauração a serem adotadas, podem-se destacar nas normas citadas anteriormente, os seguintes pontos:

- A restauração poderá ser executada por meio do plantio de mudas de espécies nativas de ocorrência regional e/ou por outras técnicas, tais como nucleação, semeadura direta, indução e/ou condução da regeneração natural (artigo 4º da Resolução SMA 42/07).
- Há possibilidade de implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) em Áreas de Preservação Permanente localizadas em pequena propriedade ou posse rural familiar, conforme o Código Florestal (Lei 4771/65) e a Resolução SMA 44/08. A utilização de SAFs (definidos como de interesse social) nessas situações é permitida desde que seja caracterizada como ambientalmente sustentável, não descaracterize a cobertura vegetal nativa ou impeça sua restauração e não prejudique a função ecológica da área. Estas disposições seguem o disposto no artigo 2º inciso V do Código Florestal alterado pela MP 2166-67/01, Art. 1º, § 2º, item V, alínea "b", e o disposto no Artigo 2º, inciso II-b da Resolução Conama 369/06.
- Poderão ser utilizadas espécies nativas produtoras de frutos, sementes, castanhas e outros produ-

tos vegetais para a recuperação de áreas ciliares degradadas, desde que não haja o comprometimento das funções ecológicas das áreas (artigo 4º da Resolução SMA 42/07) e que sejam respeitadas as proporções estabelecidas pelas Resoluções SMA 08/08 e SMA 44/08, sendo a última para casos de Sistemas Agroflorestais.

- Os cultivos intercalares (consorciados) de espécies agrícolas e/ou para adubação verde como prática de manutenção da restauração ecológica são admitidos por até três anos (artigo 14 da Resolução SMA 08/08). Neste caso, não há restrição quanto ao tipo ou tamanho da propriedade onde se situa o projeto. Esta estratégia é adequada quando há grande envolvimento de moradores próximos, facilitando a adesão e a manutenção do empreendimento.

1. METODOLOGIA

1.1. Diagnóstico ambiental e definição da estratégia de restauração

A realização de um bom diagnóstico ambiental é imprescindível para a execução de um projeto de restauração ecológica.

Este diagnóstico deve contemplar, no mínimo, o levantamento do histórico de uso e ocupação das áreas ciliares específicas do projeto e do entorno próximo (microbacia); a caracterização da vegetação presente, dos aspectos edáficos, geo-morfológicos e das condições climáticas; identificação dos fatores degradantes; levantamento dos remanescentes florestais do entorno; entre outras informações relevantes.

Uma caracterização socioeconômica simplificada também é desejável para atestar a viabilidade de envolvimento da população local, presente na microbacia abrangida pelo projeto, com todas as esferas e etapas do projeto.

Para complementar o diagnóstico ambiental é necessário que sejam apresentadas imagem de satélite, foto aérea ou carta topográfica em escala adequada (IBGE ou IGC), contendo a localização geográfica da área a ser restaurada (Anexo 2), assim como, fotos atuais do local e do entorno próximo (Anexo 3). O proponente deve informar o Datum em que as coordenadas (no caso de UTM) foram coletadas, permitindo a inserção das mesmas em bancos de dados existentes.

Com as informações levantadas no diagnóstico, recomenda-se utilizar a chave de tomada de decisão, constante no sítio eletrônico do Instituto de Botânica (SMA/SP) (<http://www.ibot.sp.gov.br/>), para definir a estratégia de restauração mais adequada para a área em questão.

A seguir, são listadas algumas técnicas de restauração ecológica:

- **Condução da regeneração natural:** É indicada para restauração das áreas com menor grau de perturbação, nas quais os processos ecológicos ainda estão atuantes e se observa um elevado potencial de auto-recuperação. Alguns bons indicativos dessa condição são: a presença de banco de sementes e de indivíduos jovens de plantas nos remanescentes florestais localizados no entorno da área; a possibilidade da chegada de sementes na área a ser restaurada (chuva de sementes), provenientes dos remanescentes florestais; e a presença de indivíduos vegetais regenerantes e de rebrotas na área a ser restaurada.

- **Nucleação:** Consiste na formação de pequenos habitats (núcleos) que estimulam a colonização e a interação de novas espécies da fauna e flora. Transposição de solo, construção de poleiros e plantio de ilhas de diversidades são alguns dos exemplos de técnicas nucleadoras, que podem ser adotadas em áreas onde o potencial de auto recuperação é baixo, para iniciar o processo de regeneração, ou em áreas onde o potencial de auto recuperação é alto, para acelerar a regeneração.

Nos locais com baixo potencial de auto recuperação, a escolha pela técnica de nucleação depende da existência de remanescentes florestais no entorno.

- **Implantação florestal ou plantio total:** Consiste em selecionar espécies de acordo com suas áreas de ocorrência natural e plantá-las respeitando os processos naturais de sucessão secundária, ou seja, combinação de espécies de preenchimento e de diversidade. As primeiras formarão rapidamente a estrutura e as últimas incrementarão a riqueza florística.
- **Adensamento:** Prática utilizada quando é constatada a ocorrência de espécies nativas que não conseguem recobrir o solo nem garantir o processo de regeneração natural. Nesses casos, deve-se preencher os espaços entre os indivíduos remanescentes com plantio de espécies de preenchimento.
- **Enriquecimento:** Essa técnica consiste em reintroduzir, no sub-bosque de remanescentes florestais perturbados e com baixa riqueza florística, espécies de grupos sucessionais distintos para aumentar os índices de diversidade.

Uma ou mais dessas técnicas de restauração poderão ser adotadas no mesmo projeto.

Qualquer que seja a estratégia adotada, esta deverá estar devidamente justificada, considerando o diagnóstico ambiental da área e os objetivos propostos.

Uma vez definida a estratégia de restauração ecológica, deve-se planejar a sequência das atividades a serem executadas em cada etapa.

O Responsável Técnico deverá descrever detalhadamente todas as atividades previstas para a recuperação das APPs, assim como apresentar um cronograma indicando o número de meses para a execução das mesmas.

A seleção das espécies a serem plantadas, no caso de ilhas de diversidade (técnica nucleadora), SAFs, enriquecimento, adensamento e plantio total, deve ser realizada conforme as orientações contidas nas Resoluções SMA 08/08 e 44/08 (SAFs) ou em eventuais resoluções que as substituam.

É fundamental que as espécies escolhidas sejam nativas de ocorrência regional e adaptadas às condições edafoclimáticas locais. Para verificar a adaptabilidade das espécies é importante identificar o Bioma e a Formação Vegetal que a área está inserida, ocorrência de período de seca prolongado e as características de drenagem (inundação, encharcamento) e de fertilidade do solo.

A lista de espécies deve ser apresentada de acordo com a disponibilidade dos viveiros da região, destacando, para cada espécie, as seguintes informações:

- Classificação Sucessional (Pioneira/ Não Pioneira);
- Síndrome de Dispersão (ZOO: Zoocórica, ANE: Anemocórica, AUT: Autocórica);
- Categoria de Ameaça;
- Número de Indivíduos.

No site do Instituto de Botânica (www.ibot.sp.gov.br) existe uma lista exemplificativa com cerca de 700 espécies, com informações sobre suas características e respectivas regiões ecológicas de suas ocorrências para o Estado de São Paulo.

1.2 POSSIBILIDADES TÉCNICAS PARA A RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA

1.2.1 PLANTIO TOTAL

A elaboração do projeto de restauração ecológica por meio de plantio total deverá contemplar as atividades integrantes de três etapas: preparo do terreno, plantio e tratos culturais.

A descrição das atividades deve ser detalhada, explicitando e justificando as técnicas, ferramentas e insumos utilizados, assim como os prazos e os responsáveis para cada atividade a ser desenvolvida.

A seguir é apresentada uma relação das principais atividades de cada etapa do projeto.

a) Preparo do terreno:

- Construção de cerca e/ou aceiro, caso necessário, para isolar o terreno de perturbações;
- Implementação de técnicas de conservação do solo, caso necessário;
- Combate a formigas;
- Identificação, tutoramento e coroamento dos indivíduos lenhosos e não lenhosos nativos regenerantes;
- Combate às plantas invasoras (roçada e coroamento);
- Calagem e adubação de base (preferencialmente orgânica);
- Marcação das covas ou riscagem, considerando o espaçamento proposto, as curvas de nível do terreno e a exposição ao sol; e
- Abertura de berços.

b) Plantio:

- Aquisição de mudas de espécies arbustivas e arbóreas
- Distribuição das mudas (apresentar desenho do plantio);
- Plantio, considerando o espaçamento, distribuição e proporção de grupos sucessionais previstos no projeto;
- Estaqueamento;
- Irrigação, quando necessário. Sugere-se avaliar o uso de polímero hidrorretentor (hidrogel), quando o plantio for realizado próximo ao período de seca.
- Replantio (geralmente, a taxa de replantio é estimada por volta de 10% do plantio).

c) Tratos culturais pós-plantio:

Deve-se prever um período de, no mínimo, 24 meses de manutenção após o plantio, (artigo 10 da **Resolução SMA 08** de 31/1/08). As operações mais comuns nessa etapa são:

- Combate às plantas invasoras (roçadas e coroamento) em função das condições locais;
- As capinas deverão ser feitas pelo menos nos primeiros 24 meses. Uma vez consolidada a cobertura viva ou morta, praticamente não existe mais necessidade deste manejo.
- Identificação, tutoramento e coroamento dos indivíduos lenhosos e não-lenhosos nativos regenerantes durante todo o período de manutenção;
- Combate a formigas em função do observado em monitoramento;
- Replantio (geralmente, a taxa de replantio é estimada por volta de 10% do plantio).
- Irrigação, se necessário;
- Adubação de cobertura (preferencialmente orgânica).
- A correção do solo e a adubação de base e de cobertura devem, preferencialmente, ser determinadas pelo responsável técnico com base na análise da fertilidade do solo.

Utilizar, preferencialmente, armadilhas e/ou defensivos naturais (iscas, extratos de nim, de fumo, de pimenta-do-reino) contra ataques de formigas e pragas. Caso sejam utilizados produtos agro-químicos na implantação e na manutenção da restauração, o responsável técnico deve prescrever e apresentar o receituário agrônômico, evitando assim o uso indiscriminado destes insumos.

1.2.2 CONDUÇÃO DE REGENERAÇÃO NATURAL

A elaboração do projeto de restauração ecológica por meio de plantio total deverá contemplar as atividades integrantes das seguintes etapas: preparo do terreno e práticas contínuas.

A descrição das atividades deve ser detalhada, explicitando e justificando as técnicas, ferramentas e insumos utilizados, assim como os prazos e os responsáveis para cada atividade a ser desenvolvida.

A seguir é apresentada uma relação das principais atividades de cada etapa do projeto.

a) Preparo do terreno:

- Construção de cerca e/ou aceiro, caso necessário, para isolar o terreno de perturbações;
- Implementação de técnicas de conservação do solo, caso necessário;
- Identificação, tutoramento e coroamento dos indivíduos lenhosos nativos regenerantes;
- Combate às plantas invasoras (roçada e coroamento);

b) Práticas contínuas:

- Identificação, tutoramento e coroamento dos indivíduos lenhosos nativos regenerantes durante todo o período de projeto;
- Identificação e proteção de espécies nativas não lenhosas (herbáceas, epífitas, etc.);
- Combate às plantas invasoras (roçada e coroamento);

1.2.3 NUCLEAÇÃO

A elaboração do projeto de restauração ecológica por meio de plantio total deverá contemplar as atividades integrantes de três etapas: preparo do terreno, implantação e manutenção das técnicas nucleadoras.

A descrição das atividades deve ser detalhada, explicitando e justificando as técnicas, ferramentas e insumos utilizados, assim como os prazos e os responsáveis para cada atividade a ser desenvolvida.

A seguir é apresentada uma relação das principais atividades de cada etapa do projeto.

a) Preparo do Terreno:

- Construção de cerca e/ou aceiro, caso necessário, para isolar o terreno de perturbações;
- Implementação de técnicas de conservação do solo, caso necessário;
- Identificação, tutoramento e coroamento dos indivíduos lenhosos nativos regenerantes.

b) Implantação de Técnicas Nucleadoras:

b.1) Transposição de solo/ serrapilheira

- Identificação de fragmentos vegetacionais, bem conservados e com significativa riqueza de espécies, próximos à área a ser restaurada;
- Coleta de porções de solo e serrapilheira (camada de folhas e matéria orgânica na superfície do solo), garantindo um mínimo impacto ao(s) fragmento(s);
- Transporte do material coletado para a área a ser restaurada;
- Controle das plantas invasoras (capina/ roçada) nos locais em que serão posicionados os núcleos;

Distribuição do material coletado em núcleos, com área mínima de 1m² e 10cm de profundidade. Antes da implantação desta técnica nucleadora, o responsável técnico deve certificar-se de que o remanescente florestal de origem do solo/serrapilheira possua um bom estado de conservação. Remanescentes florestais bem conservados possuem estratos contínuos, com as copas dos indivíduos lenhosos e não-lenhosos tocando-se em várias alturas, sem níveis definidos; presença de grande diversidade de orquídeas, bromélias e cactáceas; e baixo efeito de borda.

O efeito de borda é caracterizado pela invasão de gramíneas exóticas e predomínio de poucas espécies de lianas e de arbusto na faixa marginal do fragmento florestal, dificultando o desenvolvimento de espécies arbóreas.

b.2) Transposição de chuva de sementes

- Identificação de fragmentos vegetacionais, bem conservados e com significativa riqueza de espécies, próximos à área a ser restaurada;
- Coleta de chuva de sementes, provenientes de matrizes pertencentes a diferentes estágios sucessionais, garantindo um mínimo impacto ao(s) fragmento(s);
- Transporte do material coletado para a área a ser restaurada;
- Controle das plantas invasoras (capina/ roçada) nos locais em que serão posicionados os núcleos;
- Distribuição do material coletado em núcleos, com área mínima de 1 m², preferencialmente sobre os núcleos de transposição de solo/ serrapilheira.
- Ou fazer outro núcleo, semeando em bandejas no viveiro com substrato de boa qualidade (mistura de areia, argila, adubo orgânico, farinha, cinza, etc.).

b.3) Transposição de galharia

- Escolha do material vegetal que será utilizado, como aquele proveniente de poda urbana, exploração florestal (pinus, eucalipto), entre outros, priorizando os materiais naturais de fontes próximas;
- Transporte do material para a área a ser restaurada;
- Controle das plantas invasoras (capina/ roçada) nos locais em que serão posicionados os núcleos;
- Distribuição do material coletado em núcleos, com área mínima de 4 m².

b.4) Poleiros artificiais (vivos ou secos)

- Escolha do tipo de poleiro usado, conforme as espécies de aves encontradas no local, e do material utilizado para sua construção (bambu é uma boa opção), priorizando materiais naturais e provenientes de fontes próximas. O anelamento de espécies exóticas também pode ser utilizado, em alguns casos, para a formação de poleiros;
- Controle das plantas invasoras (capina/ roçada e coroamento) nos locais em que serão montados os poleiros;
- Montagem dos poleiros em campo. A área sugerida para esse tipo de núcleo é de pelo menos 6 m².

b.5) Plantio de mudas de espécies facilitadoras

Para este tipo de núcleos, também conhecidos como grupos de Anderson, devem ser adotados os mesmos procedimentos do plantio total, observando o desenho diferenciado para o posicionamento das mudas. Recomenda-se uma área mínima de 3,14 m² por núcleo (plantio em círculos com raio de 1 metro), e utilização de espécies-chave em núcleos de alta diversidade.

c) Manutenção de Técnicas Nucleadoras:

c.1) Transposição de solo/ serrapilheira e de chuva de sementes

- Coroamento em faixa de aproximadamente 1 a 1,5m no entorno do núcleo.
- Controle manual das espécies exóticas invasoras (braquiária, capim colônia, etc.) dentro do núcleo.



- Identificação e tutoramento das espécies nativas regenerantes que nascerem dentro e no entorno do núcleo.

c.2) Transposição de galharia

- Manutenção com implantação de espécies trepadeiras e reposição de material (galhos, madeira, folhas, etc.).
- Coroamento em faixa de aproximadamente 1 a 1,5m de diâmetro no entorno do núcleo.
- Controle manual das espécies exóticas invasoras (braquiária, capim colônia, etc.) dentro do núcleo.
- Identificação e tutoramento das espécies nativas regenerantes dentro e no entorno do núcleo.

c.3) Poleiros artificiais

- Manutenção com implantação de espécies trepadeiras e reposição de bambus.
- Coroamento em faixa de aproximadamente 1 a 1,5m no entorno do núcleo.
- Controle manual das espécies exóticas invasoras (braquiária, capim colônia, etc.) sob os poleiros.
- Identificação e tutoramento das espécies nativas regenerantes dentro e no entorno do núcleo.

c.4) Plantio de mudas de espécies facilitadoras

- Coroamento em faixa de aproximadamente 1 a 1,5m no entorno do núcleo.
- Controle manual das espécies exóticas invasoras (braquiária, capim colônia, etc.) dentro do núcleo.
- Identificação e tutoramento das espécies nativas regenerantes dentro e no entorno do núcleo.

O período de tratos culturais (manutenção) necessário para garantir a restauração de áreas com nucleação geralmente são maiores do que o previsto para projetos com plantio total/adensamento/enriquecimento. Logo, o responsável técnico deve realizar um bom diagnóstico ambiental a fim de determinar o potencial de recuperação da área e planejar o tempo necessário de tratos culturais.

1.3. Prazo de Execução do Projeto

O prazo de execução do projeto deve considerar todo o processo da restauração ecológica, incluindo todo o período necessário para os tratos culturais/ manutenção, de modo a garantir a sua efetividade. Ao término do projeto a área deve estar revegetada, com capacidade de continuar a desenvolver-se independente da intervenção antrópica.

A planilha de orçamento deve conter o detalhamento do custo de cada atividade discriminada no cronograma físico-financeiro, relacionando todos os bens e serviços, valor unitário, quantidade e valor total, bem como a fonte de recurso (financiamento do FEHIDRO ou contrapartida).

2. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O proponente deve realizar o monitoramento e avaliação das ações de restauração ao longo da execução do projeto, utilizando-se de metodologia que atesta a superfície amostral. Os resultados deverão ser apresentados na forma de relatórios de acompanhamento ao final da execução de cada etapa do projeto e relatório final do projeto para liberação das parcelas de financiamento do FEHIDRO.

Nos casos de plantio total, recomenda-se a utilização do Guia para Monitoramento de Reflorestamentos para Restauração, disponível em www.ambiente.sp.gov.br/mataciliar. Para avaliação da evolução do processo de restauração, nos casos de condução da regeneração natural, nucleação e SAF, deve ser considerado aspectos relevantes para o restabelecimento de processos ecológicos na área.



FEHIDRO

Fundo Estadual de Recursos Hídricos

ROTEIROS BÁSICOS PARA ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA PARA O FEHIDRO

VERSÃO 11 DE MARÇO DE 2011

Para execução desta atividade o técnico responsável pode envolver o proprietário, visando estimular a participação e sensibilização do mesmo e garantir a continuidade do monitoramento e dos tratos culturais necessários após o término do projeto.